RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Domingo, 08 de Novembro de 2026

El Niño 2026: Como o Fenômeno Climático Impactará a Economia Brasileira

Previsões apontam 63% de probabilidade de Super El Niño entre novembro de 2026 e janeiro de 2027, com riscos para agricultura, energia e seguros

O cenário climático que se desenha para os próximos meses traz um indicador preocupante: a probabilidade de 63% de que o El Niño atinja intensidade muito forte entre novembro de 2026 e janeiro de 2027, conforme aponta o CPC/NOAA (Centro de Previsão Climática da Administração Nacional Oceânica e Atmosférica dos Estados Unidos).

Se essa projeção se concretizar, o evento se posicionará entre os mais intensos desde 1950. Diferentemente de uma simples curiosidade meteorológica, trata-se de um indicador relevante de risco econômico que demanda atenção de formuladores de políticas públicas e agentes do mercado.

Embora o termo "Super El Niño" seja amplamente utilizado na comunicação para expressar a magnitude do fenômeno, é fundamental esclarecer que essa nomenclatura não corresponde exatamente às definições operacionais dos centros climáticos especializados.

O boletim da NOAA sinaliza um El Niño já em desenvolvimento e em processo de intensificação, com possibilidade majoritária de alcançar a classificação "muito forte" no final do ano. Para agentes econômicos como governos, empresas e investidores, essa distinção transcende uma questão meramente semântica: não é prudente aguardar o desfecho final de um evento climático para implementar medidas de proteção a balanços financeiros, estoques produtivos, contratos e orçamentos.

Uma transformação significativa ocorreu em 2026 na metodologia de mensuração da intensidade do El Niño. O ECMWF (Centro Europeu de Previsões Meteorológicas de Médio Prazo) implementou desde 1º de junho um sistema de cálculo mais alinhado com as dinâmicas atuais dos oceanos.

Ao invés de considerar unicamente o aquecimento da região Niño 3.4 no Pacífico, a nova metodologia compara essa área específica com o restante dos oceanos tropicais do planeta. Essa mudança é crucial porque, com a elevação generalizada das temperaturas oceânicas globais, sem essa comparação relativa, parte do calor identificado no Pacífico seria inadequadamente atribuído ao El Niño, quando na verdade refletiria o aquecimento mais amplo da biosfera.

Não há redução do nível de alerta com essa reformulação; pelo contrário, há melhoria na qualidade das análises e decisões subsequentes. Os cálculos do ECMWF indicam que previsões baseadas no índice relativo apresentam variações de aproximadamente 0,5 °C em relação aos métodos tradicionais de medição.

Mesmo com esses ajustes metodológicos, os modelos preditivos continuam indicando um fenômeno de intensidade forte a muito forte. A comunicação para os agentes econômicos permanece inequívoca: o risco segue em nível elevado, porém a metodologia de avaliação tornou-se mais confiável e precisa.

No contexto brasileiro, o El Niño exerce influência sobre quatro áreas críticas da economia: produção de alimentos, geração e distribuição de energia, mercado de seguros e despesas públicas relacionadas a calamidades naturais.

A Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) revisou para alta a projeção da colheita de grãos brasileira para 2025/26, fixando-a em 358,6 milhões de toneladas. Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) demonstraram que o setor agropecuário registrou expansão de 11,7% em 2025, superior ao crescimento da economia geral que foi de 2,3%.

Qualquer perturbação significativa nos padrões de precipitação, temperatura ou períodos adequados para plantio não permanece isolada no setor agrícola; seus efeitos cascateiam por indicadores de inflação, volumes de exportação, condições de crédito rural e rendas nas regiões produtoras.

Na dimensão energética, o risco se materializa através de mecanismo distinto. Períodos de calor intenso ampliam a demanda de eletricidade no Sistema Interligado Nacional, sobrecarregam a operação das usinas e potencialmente elevam os custos de atendimento.

A bandeira amarela da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) implica custo adicional de R$ 18,85 por megawatt-hora consumido, enquanto a bandeira vermelha no patamar 1 adiciona R$ 44,63 por megawatt-hora. Embora o El Niño não seja o único fator determinante para ativação dessas bandeiras, pode compor o conjunto de circunstâncias que resultam em maior operação de termelétricas, redução de conforto hidrológico e aumento de despesas para consumidores finais.

O setor de seguros representa outra frente vulnerável. Em períodos de intensificação de riscos climáticos, o seguro rural deveria funcionar como mecanismo de absorção de choques macroeconômicos. Contudo, o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural iniciou 2026 com bloqueio orçamentário de R$ 461,7 milhões, seguido semanas depois de cancelamento adicional de R$ 56,3 milhões.

O orçamento disponível declinou para aproximadamente R$ 473,8 milhões, representando menos da metade da dotação inicial prevista. Trata-se de uma contingência fiscal que adquire dimensão crítica quando o país se aproxima de um evento climático potencialmente grave.

Sinais do Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia) já indicam, para o terceiro trimestre, concentração de chuvas acima da média em segmentos do Sul e abaixo da média na região centro-norte, associadas a maior probabilidade de temperaturas elevadas na segunda metade do ano.

O Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) reforça que os desdobramentos do El Niño no Brasil diferem conforme a localização geográfica, período do ano e interações com sistemas oceânicos adjacentes.

A região Sul enfrenta risco amplificado de precipitação excessiva e eventos meteorológicos adversos. Já o Norte e parcela do Nordeste concentram preocupações sobre distribuição irregular de chuvas, temperaturas elevadas e pressão sobre sistemas fluviais, atividades agrícolas e capacidade de geração hidroelétrica.

Seria equívoco tratar a denominação "Super El Niño" como uma condenação inevitável. Os eventos de 1982, 1997 e 2015 demonstram que magnitude no oceano Pacífico não se converte automaticamente em impactos uniformes em todas as regiões geográficas.

Dinâmicas do Atlântico Tropical, padrões de bloqueio atmosférico, trajetória dos jatos de ar e características da circulação climática regional possuem capacidade de amplificar ou mitigar consequências no território brasileiro.

A análise adequada é simultaneamente mais útil e menos sensacionalista: a nação ingressou em um período de necessária preparação. Os institutos científicos já emitiram o alerta. O desafio agora reside fora dos laboratórios de modelagem climática e se concentra nas mesas de decisão de operadores de usinas,

empresários rurais, diretivos de seguradoras, administradores municipais e estaduais, e autoridades do Ministério da Fazenda.

O Brasil absorveu lições significativas em crises recentes envolvendo precipitação, estiagem e suprimento energético: o obstáculo raramente encontra-se na ausência de aviso prévio, mas na morosidade com que o aviso se transforma em ação concreta. Em 2026, esse alerta já está presente e visível nos painéis de comando.